Diário do Pará
TERÇA-FEIRA, Belém-PA, 04/02/2025

Helder entrega proposta para política de educação indígena

O governador recebeu, nesta segunda (3), lideranças indígenas de diferentes regiões para apresentar PL apresentada por grupo de trabalho

COMPROMISSO

O governador Helder Barbalho recebeu, no final da tarde desta segunda-feira (3), lideranças e representações indígenas de diferentes regiões do Estado. Na oportunidade, o chefe do Poder Executivo Estadual paraense entregou uma proposta do Projeto de Lei elaborada pelo Grupo de Trabalho (GT) para a criação da Política Estadual de Educação Escolar Indígena.

Entre os participantes neste processo coletivo estão o governo do Estado, Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (Fepipa), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA), Defensoria Pública do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). O Ministério Público Federal (MPF) também foi convidado.

Durante a reunião com os povos indígenas, o governador Helder Barbalho reafirmou o compromisso em avançar para criação da Política Estadual de Educação Escolar Indígena em formato de lei para garantir maior segurança jurídica e tranquilidade aos povos originários.

"Recebemos os povos indígenas do Pará para ouvi-los. Todas as regiões estiveram aqui representadas e podemos entregar a minuta da lei que cria a política de educação indígena no nosso Estado, para que eles possam fazer a escuta aos povos indígenas, e que eles possam nos devolver com as sugestões necessárias. Em seguida, o Grupo de Trabalho, criado com a presença dos indígenas, possa internalizar e com isso nós possamos ter a melhor e mais estruturada lei do Brasil. Uma legislação que garanta direitos a partir do diálogo para a educação indígena em todo o Pará", completou o governador.

Helder recebeu representantes de diferentes etnias para apresentar novo projeto educacional
FOTO: MARCO SANTOS / AGÊNCIA PARÁ

Helder Barbalho informou ainda que, nesta terça-feira (4), representantes do GT irão se reunir com as lideranças que estiveram presentes no Palácio dos Despachos para detalhar a minuta do projeto de lei. Ainda de acordo com o chefe do Poder Executivo Estadual, a expectativa é o período de sugestões do PL seja de 15 dias.

AVANÇOS

Lideranças e representantes de povos indígenas, que compareceram ao Palácio dos Despachos, comemoraram o avanço e querem amplo debate do PL. A presidente da Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (Fepipa), Concita Sompré, acredita que o cenário é favorável para criação de políticas públicas voltadas à educação indígena.

"Nós estamos aqui hoje reafirmando um compromisso que ele fez há dois anos. Estamos há dois anos atrasados, mas a oportunidade é agora, o momento é agora e a Fepipa junto com essas lideranças que estão aqui não poderia deixar de agarrar essa oportunidade. A oportunidade nos veio e a gente está esperando por ela. Não seria certo se a gente deixasse passar", disse. "Tudo o que está acontecendo aqui não é uma coisa que aconteceu de um mês para cá. Isso já são demandas históricas, de décadas históricas, de negação de direitos, de invisibilidade. Então nós estamos aqui hoje não é para negociar. É para fazer cumprir. Nós só queremos isso. E ele nos deu essa oportunidade desse diálogo. Nós estamos aqui, construindo esse diálogo", detalhou Concita Sompré.

O representante do povo Gavião, Pepkrakt Gavião, também conhecido como Zeca Gavião, é um dos representantes dos povos indígenas que participou do GT considero o momento histórico. "Nunca tivemos na história uma lei específica para área escolar indígena. Existe uma lei, mas é no geral. Quando percebemos essa abertura de diálogo com o governador, prontamente, decidimos discutir através de nossas etno regionais", destacou Pepkrakt Gavião.

Já Tuxati Parkateje, representante da terra indígena Mãe Maria, relatou que os povos indígenas anseiam pelo avanço para criação da nova legislação. "Nosso objetivo é construir. Hoje o governador apresentou a minuta e com ela os povos e cada aldeia puderam ser ouvidos e acrescentar sua participação. Estamos nesta luta tem mais de 30 anos", relatou.

PROPOSTAS

EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Saiba quais são as principais propostas para compor a Política Estadual de Educação Escolar Indígena

- Garantia do ensino bilíngue nas escolas indígenas;

- Gratificação de nível superior de 80% para professores indígenas;

- Realização de um concurso público específico para docentes indígenas;

- Criação do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena;

- Sistema Modular de Ensino Indígena (Somei) de forma presencial e em seu nível mais alto;

- Consulta prévia e ampla sobre as modalidades de ensino oferecidas;

- Promoção da Conferência de Educação Escolar Indígena.

Indígenas se mobilizam para garantir demandas

Antes da reunião com o governador, a Federação dos Povos Indígenas (FEPIPA) liderou uma mobilização em prol da criação da lei estadual para a educação escolar indígena. Cerca de 500 indígenas das oito etnoregionais que integram a Federação se reuniram na capital.

A reunião tinha o intuito de assegurar o cumprimento do diálogo proposto entre os indígenas e o Governo do Pará, realizado na semana passada. Estiveram presentes indígenas de mais de vinte etnias, entre elas Kayapó, Assurini, Gavião, Amanayé, Tembé, Xikrin e Waiwai.

De acordo com o representante da FEPIPA, Rodrigo Amanayé, as reivindicações dão conta da garantia do Sistema Regular de Ensino, o Sistema Modular de Ensino Indígena (SOMEI), a promoção dos professores e o aumento da porcentagem das gratificações aos docentes indígenas e não indígenas que atuam nas aldeias. Agora, a Federação vem produzindo uma primeira proposta de lei com colaboração de professores e demais aldeados para a construção da política estadual de ensino, que será apresentada aos representantes do governo estadual.

Antes de reunir com o Governo do Estado, etnias discutiram as pautas para a educação
FOTO: IRENE ALMEIDA

"A nossa pauta é fortalecer a educação escolar indígena. Esses povos estão aqui para dizer que a Fepipa os representa e eles querem a criação de uma lei específica e deixar claro que nós nunca concordamos com a Lei 10.820. Nós temos professores que são licenciados, mas depois fazem mestrado, uma pós-graduação ou um doutorado e eles precisam ser promovidos.

RD REPÓRTER DIÁRIO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) oficializou a candidatura dos Teatros da Amazônia - o Theatro da Paz, em Belém, e o Teatro Amazonas, em Manaus (AM) - à lista do Patrimônio Mundial da Unesco. A proposta será submetida à avaliação do Comitê do Patrimônio Mundial, formado por 23 países signatários da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco. A oficialização da candidatura, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, consiste na entrega de dossiê com documentos elaborados pelos órgãos envolvidos para análise da Unesco.

REFERÊNCIA
A candidatura pelo reconhecimento de dois extraordinários patrimônios arquitetônicos, no coração da Amazônia urbana, tem um valor expressivo e mais do que simbólico para o Brasil. "Nossa região irá sediar a COP 30 neste ano, e o turismo receberá um significativo impulso. As duas casas de espetáculos são uma referência cultural da Amazônia, dentro do Brasil", afirmou a secretária de Cultura do Pará, Úrsula Vidal. Caso sejam reconhecidos pela Unesco, os teatros integrarão a lista de Patrimônio Mundial Cultural, que já tem 14 bens brasileiros chancelados.

ESPORTE
A Prefeitura de Belém, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, tem reuniões estratégicas nesta semana com representantes dos ministérios do Esporte e do Turismo e com parlamentares paraenses, em Brasília, na busca por recursos para fortalecer as políticas públicas de apoio ao esporte. O secretário de Esporte e Lazer, Gleisson Oliveira, abriu ontem a agenda reunindo com o ministro do Turismo, Celso Sabino. Em pauta, a captação de recursos para modernizar espaços esportivos e o fortalecer projetos que incentivam o turismo esportivo e a inclusão social.

ANISTIA
A paraense Ana Maria Lima de Oliveira é a presidente da Comissão de Anistia do Brasil (CAB), que vai iniciar o julgamento do processo de reparação a pessoas vítimas de perseguição política durante a ditadura militar. Procuradora federal aposentada, Ana Maria ocupou vários cargos jurídicos na administração pública e na UFPA.
A comissão trabalha também para garantir junto ao Ministério da Saúde atendimento psicológico pelo SUS aos perseguidos e seus familiares, considerando que as violações de direitos humanos são transgeracionais.

TRABALHO
Representantes de hospitais, sindicatos, associações e entidades do setor participaram, na Procuradoria Regional do Trabalho, sob a direção do procurador, Marcius Cruz da Ponte Souza, de uma audiência sobre o Projeto Nacional de Enfrentamento às Fraudes nas relações de trabalho da enfermagem. O superintendente regional do Trabalho, Paulo Cesar Gaya, observou que mais importante que a punição aos infratores é fundamental criar mecanismos de prevenção, como oficinas de boas práticas na área da saúde, valorizando o ambiente de trabalho.

ESTRADA
O novo presidente da Associação dos Municípios do Marajó (Amam), o prefeito de Bagre, Clebinho Rodrigues, e seu vice-presidente, Paulo Ferreira, de Portel, anunciaram que já está em obras a extensão da rodovia PA-368, ligando os dois municípios à BR-422, indo até Cametá. Quando o trabalho estiver concluído, o Marajó ocidental passará a ter um corredor rodoviário que beneficiará diretamente Breves, Melgaço, Portel, Curralinho e Anajás, impulsionando o desenvolvimento da região, cumprindo a promessa feita pelo governador Helder Barbalho.

LINHA DIRETA

Não faltaram elogios ao Governo do Estado pela drenagem perfeita do estádio Mangueirão notada por ocasião da decisão da Supercopa do Brasil no último domingo. O temporal que desabou na capital paralisou o jogo por algum tempo, mas não demorou para a bola rolar no tapete que resistiu bravamente ao dilúvio, proporcionando um jogo vibrante e técnico.

O Tribunal de Recursos Ambientais realizou sua última plenária extraordinária de janeiro, na Semas, em Belém. O objetivo do órgão, criado pela Lei 9.575/2022, é julgar, em grau de recurso, processos ambientais instaurados para apurar condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Foram julgados cerca de 50 processos em 21 dias, envolvendo infrações relacionadas a licenciamento, desmatamento e transporte irregular de madeira. A sessão foi presidida pelo secretário-adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental, Rodolpho Zahluth Bastos.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da Defesa Civil Nacional, reconheceu ontem a situação de emergência no município paraense de Aveiro, castigado por fortes chuvas. A portaria com o reconhecimento foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Mais de 100 jornalistas e comunicadores de turismo filiados à Federação Brasileira da categoria, a Febtur, estarão em Belém em junho para o congresso nacional organizado pela Febtur Pará em torno do tema COP30. O evento é apoiado pelo Governo do Estado, Ministério do Turismo, Sudam e Fecomércio.